



5151 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT15 - Educação Especial

SURDEZ E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE

Carla Cazalato Ferrari - PUC-SP/PPGE História, Política, Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SURDEZ E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo apresentar resultados de pesquisa que investigou a construção da identidade social de sujeitos surdos, por meio de suas trajetórias, com ênfase nos processos de escolarização e, subsidiariamente, nos de socialização, na medida em que se parte da premissa que a identidade individual é resultado de diferentes experiências sociais concretas às quais os sujeitos são submetidos. Para tanto, foram selecionados três sujeitos surdos (um homem e duas mulheres) pertencentes a diferentes estratos sociais, os quais, por meio de entrevistas semiestruturadas, ofereceram um conjunto de dados sobre seus processos de escolarização e socialização. Os resultados revelam que a apropriação e uso predominante da língua de sinais ou língua oral, embora seja fundamental para a construção dessas identidades, não foi o único vetor responsável por uma inserção social mais ou menos qualificada porque, para além da condição da surdez, as distintas possibilidades que o meio social oferece, são elementos fundamentais para essa construção, sem desconsiderar a importante marca que essa condição lhes confere.

Palavras-chave: Educação Especial, Surdez, Processos de escolarização, Trajetórias sociais

Introdução

A inclusão escolar de alunos com deficiência foi ganhando mais espaço nos campos educacionais, acadêmicos e políticos brasileiros, a partir de meados dos anos de 1990, em decorrência das discussões em prol do direito de todos à educação, enfatizado em conferências mundiais como a de Educação para Todos (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990) e a de Salamanca (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES, 1994).

O marco dessas discussões é referência para entender importante componente do cenário educacional brasileiro, tendo como enfoque a educação de deficientes e seus desdobramentos nas décadas seguintes, embora, conforme Bueno (2011), a inserção de alunos com deficiência em classes regulares não é um fato exclusivo desse período, já que a perspectiva de inserção de alunos com deficiência no ensino regular já era prevista na constituição do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, desde 1974.

No entanto, para este mesmo autor, a distinção fundamental entre esses dois momentos políticos é de que, no primeiro as propostas para essa inserção calcavam-se exclusivamente nas condições desses sujeitos, que deveriam evidenciar possuírem condições pessoais para aproveitar os processos de escolarização no ensino regular.

Os princípios das atuais propostas políticas de inclusão no ensino regular deixam de se basear unicamente nas condições intrínsecas desse alunado, mas reconhecem que, para essa inserção, há que se modificar a educação escolar como um todo, desde as políticas educacionais, até o trabalho pedagógico em sala de aula, envolvendo as ações dos sistemas de ensino e a reestruturação das unidades escolares.

A ênfase nessa perspectiva é tão forte que, apesar da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e, em decorrência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) indicarem que a oferta na rede regular de ensino deva ser **preferencial**, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva prescreve que pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser escolarizadas em turmas comuns da escola regular (BRASIL, 2008), não fazendo qualquer referência à possibilidade de inserção de parte desse alunado em processos segregados de ensino.

Embora seja notório que as ações políticas concretas, em todos os âmbitos do sistema escolar brasileiro, não deixaram de manter sistemas segregados próprios e de subsidiar entidades privado-filantrópicas, o fato é que na proposição política nacional não há uma referência sequer sobre essa situação.

Se essa dicotomia entre as proposições e as ações concretas se fazem presentes, ela parece ser ainda mais forte na educação de surdos, na medida em que desde a Declaração de Salamanca, como expressão política internacional, se reconhece que pelas

necesidades específicas de comunicación de los sordos y los sordos/ciegos, sería más conveniente que se les impartiera una educación en escuelas especiales o en clases y unidades especiales dentro de las escuelas ordinarias. (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994) [\[1\]](#)

Se, no campo político e da educação como prática social essa controvérsia se faz presente na educação em geral, no campo dos estudos da surdez, ela parece se intensificar, especialmente em relação à polêmica entre as propostas de ensino bilíngue[2], calcada na existência de uma comunidade surda que possui uma cultura própria e a da sua inclusão em ensino regular, priorizando, também, o acesso desses alunos à língua oral. Basta cotejar os trabalhos alinhados a essa vertente, originados pela atuação no Brasil, na década de 1990, do fonoaudiólogo argentino Carlos Skliar (SKLIAR, 1997, 1999; THOMA & KLEIN, 2010; CAMPELO & REZENDE, 2014, entre outros) e os de uma vertente pouco reconhecida que, ao colocar em xeque a existência de uma comunidade surda, que possui uma cultura própria distinta, e até mesmo antagônica, da cultura ouvinte, se posiciona em defesa da aprendizagem da língua portuguesa, não somente à escrita, tal como disposta pelo decreto citado, mas à língua oral, sem desconsiderar a possibilidade de acesso à língua de sinais. (Cf. BUENO, 1998, 2012)

Com base nessa segunda perspectiva, o presente artigo busca apresentar parte dos achados de uma pesquisa maior que tomou para análise a construção social da identidade de indivíduos surdos por meio dos conceitos de *trajetória* e *estratégia*[3], cunhados por Bourdieu (1996), achados esses obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas e organizados em *estações*, tendo como parâmetro a decisão desses indivíduos em utilizar preferencialmente a língua oral ou a língua de sinais[4].

Cabe entender, também, que a organização dos dados em *estações* se deu a partir da metáfora que Bourdieu (1996, p.81) estabeleceu entre a ideia de *trajetórias individuais* e o trajeto de uma linha de metrô, pois para ele procurar

compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Assim como no metrô, sem razão aparente *estações* justapostas compõem certo trajeto, também a trajetória social do indivíduo será balizada pela sucessão de posições ocupadas por ele em um espaço social de possibilidades.

Desse modo, foram aqui selecionados elementos das trajetórias de escolarização de três indivíduos surdos, em diferentes momentos histórico-políticos, sem perder de vista a perspectiva que tem como princípio básico ultrapassar a ideia de que *trajetória* se restringe única e exclusivamente a um percurso linear, individual e relativamente organizado e planejado, pois considera a "trama de relações, práticas e significados sociais" - que dá à existência de qualquer indivíduo a ideia de unidade - e as possibilidades de deslocamentos no espaço social (BOURDIEU, 1996, p.80).

Subsidiariamente, foram incluídos dados sobre os processos de socialização desses sujeitos na medida em que eles possam reforçar, ainda mais, os móveis que levaram determinados indivíduos a percorrerem essas *trajetórias*.

Caracterização e escolarização dos sujeitos

Neste estudo são abordados dados relativos à caracterização dos perfis sociais de três indivíduos surdos, com os nomes fictícios de Aline, Jaci e Pedro, bem como de seus percursos escolares, que servirão para a análise organizada em dois eixos, denominados de *estações*:

- 1ª Estação - Escola Especial Privada e Escola Especial Pública; e
- 2ª Estação - 1960 e 1990.

Antes de apresentar os dados e resultados organizados em *estações*, cabe apresentar elementos que caracterizam os sujeitos selecionados.

No que diz respeito a Aline, a mais jovem dos entrevistados, constatou-se que é uma garota branca de 20 anos, surda profunda desde o nascimento, falante e com implante coclear, estudante de moda, solteira, moradora da região central da cidade de São Paulo, filha única de pais de uma fração elevada da classe média, frequentadora dos encontros de implantados e de grupos feministas de discussão.

Com relação à escolarização, realizou todo o percurso escolar de base entre os anos 1990 e início de 2000, em uma instituição privada de cunho tradicional e de qualidade reconhecida, localizada no bairro de Higienópolis, em São Paulo, capital. Além do período de aulas que correspondia à série do ensino fundamental na qual estava matriculada, Aline permanecia na escola no contraturno, momento em que fazia aulas de *ballet*, inglês e artes, realizava lições de casa, esclarecia dúvidas, assim como brincava com os demais alunos com jogos tradicionais e atividades recreativas dirigidas: jogo de taco, circuitos com bolas, perna de pau, etc.

Na adolescência, sua família passou a buscar outros tipos de investimento escolar, como o curso de inglês em uma escola específica para o ensino de línguas, que frequentou por dois anos, o que a impulsionou, anos mais tarde, a estudar de forma independente outras línguas, como a língua russa.

Com a alta, aos 16 anos, na terapia de linguagem oral com fonoaudióloga que se iniciou no primeiro ano de vida de Aline, a família passou a recorrer às aulas de reforço com uma professora particular. A necessidade desse recurso se fez

imprescindível, mesmo com o evidente interesse de Aline pelo aprendizado escolar, pois no ensino médio a prática dos professores em priorizar a explicação oral durante as aulas dificultava a continuidade do estudo fora da sala de aula, bem como as provas passaram a conter questões dos vestibulares de anos anteriores, o que reforçou a necessidade de apoio.

Aline concluiu o ensino médio e, no período de realização da pesquisa, estava se profissionalizando em moda, cursando a graduação em uma faculdade particular com pouca tradição no ensino superior, mas com importante renome como instituição de ensino básico.

Do ponto de vista social, vale a pena reiterar que ela residia no bairro de Santa Cecília, que pode ser dividido em duas parcelas distintas; a parte norte, bastante preservada, com características básicas de bairro de classe média alta; a parte sul, nas proximidades do elevado denominado Minhocão pela população, em que a degradação ambiental é gritante.

Embora residindo nesse bairro, todas as suas atividades cotidianas (escola, frequência a lojas, serviços, cinema, etc.) se reportavam ao bairro de Higienópolis, cuja marca de espaço privilegiado de população pertencente à classe média alta é mais do que evidente.^[5]

Jaci é uma senhora branca de 64 anos, falante, não utiliza aparelho de amplificação sonora e faz leitura labial. Sua composição familiar de origem era formada por cinco pessoas, sendo duas irmãs mais novas, pai procurador de justiça e mãe professora. Mãe de dois filhos hoje adultos tornou-se viúva antes dos 30 anos. Até o momento da pesquisa ocupava-se como bibliotecária, função que exerceu por toda a vida.

Frequentou o ensino especializado em escola privada de 1955 a 1966, até completar o ensino primário e ginásial (hoje, ensino fundamental) com 14 anos, e ser encaminhada para cursar a subseqüente etapa, na época chamada de ensino colegial em escola regular.

Apesar de, naquela época, a escola absorver basicamente alunos de classe média, havia uma distinção pouco evidente aos olhos de alunos e familiares, na medida em que uma parcela (dos estratos superiores dessa camada), além das aulas regulares oferecidas para todos, recebiam atendimento extra de reforço, especialmente no que se refere ao aprendizado da língua oral e escrita. Não por acaso, Jaci fazia parte desse grupo privilegiado, fundamentalmente pela posição de seu pai, procurador da justiça.

Além disso, a mãe de Jaci, como professora, frequentemente esclarecia e fornecia apoio a seus aprendizados. Na adolescência, seu empenho aplicado na preparação para o vestibular deu ensejo a ela ter acesso ao ensino superior em colocação de destaque.

Cabe, ainda, destacar que sua família residia em município pertencente à Grande São Paulo, mas que, tendo em vista a decisão de matricula-la em escola especial situada no bairro de Moema, sua família transferiu sua residência para os arredores da escola. Interessante foi o depoimento de que, além da proximidade para deslocamento da filha, ela também favoreceu a participação do pai no grupo de gestores da escola, mantida em grande parte pelo dispêndio de recurso de sua Presidente, membro da mais alta camada social da cidade. Ou seja, além do investimento educacional da filha, essa mudança favoreceu a ampliação das relações sociais de seus pais em torno de membros de camadas superiores a de sua família,

Pedro é um homem branco de 56 anos, professor de matemática e instrutor de libras em uma escola especial da região central da cidade de São Paulo e próxima de sua residência. Vive em regime de união estável com uma professora também de ensino especializado. Atua como representante político de surdos sinalizadores. Quanto a condições sociais de origem, Pedro veio de uma família de classe popular, com o pai exercendo ocupação de qualificação básica e a mãe com ocupação não qualificada.

A família de Pedro mudou-se da cidade paulista de Limeira para a capital, para que os dois filhos surdos (Pedro e o irmão mais velho) estudassem em escola especializada. Ele não diz ao certo a idade que tinha quando se mudou para São Paulo, mas declara que iniciou os estudos na escola especial assim que chegou à cidade, cursou-a por quatro anos, e estava com nove quando completou a quarta série do ensino primário. Assim, é provável que ele tenha vindo para a cidade quando tinha entre cinco e seis anos - ou seja, na segunda metade da década de 1960.

No bairro da Aclimação ficava situada a escola especial pública onde Pedro cumpriu parte de sua escolarização, aprendeu a língua oral e o despertou para a condição da surdez.^[6] No entanto, não sendo atingidas as expectativas familiares com relação à fala e a presença do uso dos sinais, fizeram com que a mãe de Pedro exigisse reforço no treinamento oral no ambiente escolar.

Levando em conta que a escola especial somente oferecia escolarização até a quarta série do ensino primário (Fundamental-I), para concluir essa etapa Pedro passou a estudar em uma escola de ensino regular, no mesmo bairro onde residia. A partir do contato com esse tipo de ensino, ele percebeu certa superioridade no conjunto de conteúdos do ensino regular em comparação ao ensino especializado. Assim, o estudo lhe proporcionou aprimorar a escrita da língua portuguesa devido ao intenso treinamento escolar, que era reforçado com a ajuda de colegas.

Já no ensino colegial (hoje ensino médio), seu processo de escolarização passou a ser ainda mais dificultoso. Isso aconteceu pois nesse nível de ensino seus estudos se deram em uma instituição pública (Estadual) reconhecida por seu alto nível de exigência. Cabe ressaltar que, mesmo ele declarando ter enfrentado dificuldades no aprendizado, acabou atendendo as exigências do nível de ensino, terminando-o sem reprovações.

Faz-se relevante citar que em seu grupo familiar a dedicação à escolarização básica era entendida como prioridade frente ao trabalho. No entanto, as dificuldades com a escrita na língua portuguesa permaneceram, acarretando

contratempos profissionais, como no caso de não conseguir passar em concurso público para a carreira docente.

Após a caracterização dos sujeitos efetivada acima, apresentaremos os dados e achados resultantes dos depoimentos dos sujeitos sobre suas experiências de vida, não de forma cronológica como habitualmente se tem feito, mas organizando-os em eixos, de tal forma que aproximações que pareciam não existir, assim como diferenças pouco evidentes se destaquem.

1ª Estação: Escola Especial Privada e Escola Especial Pública

Embora a criação da primeira escola para surdos em São Paulo remonte a 1929, com a fundação do Instituto Santa Teresinha por religiosas da Congregação de Nossa Senhora do Calvário (BUENO, 2011), a oferta de escolarização para surdos na cidade se diversificou gradativamente a partir dos anos de 1950, fazendo com que atualmente seja possível encontrar alunos surdos em escolas públicas de ensino regular ou ensino especializado, escolas particulares de ensino regular e especializado e escolas filantrópicas de ensino especializado.

Essa diversificação se deu a partir de 1952, com a criação, pela Prefeitura Municipal, da Escola de Educação de Surdos Helen Keller, à qual nas décadas seguintes se juntaram mais quatro escolas públicas voltadas ao atendimento exclusivo de surdos, que atualmente fazem parte da rede pública municipal de ensino, em distintas regiões da cidade.

No entanto, na década de 1950 e início dos anos 1960 a oferta especializada de educação para surdos se restringia a duas escolas privado-assistenciais (uma mantida pela congregação já mencionada e outra por iniciativa de um grupo de membros de camadas sociais elevadas que possuíam filhos ou parentes com surdez) e a uma escola municipal (REDONDO, 2001), todas elas pautadas pela oralização de seus alunos e consideradas como as que ofereciam melhores possibilidades de uma educação qualificada, com a distinção entre elas pautada no poder econômico das famílias.

Dessa forma, para as famílias de Pedro e Jaci, com certa proximidade de geração, estudar em escola especializada era um modo estratégico de minimizar as possibilidades de desclassificação social decorrentes da deficiência, com uma diferença significativa: para ele o ensino público especializado era a única possibilidade de escolarização pelas condições econômicas de seu grupo familiar; já para ela o processo de escolarização transcorreu na escola especializada particular, mesmo que isto significasse dispêndio elevado, pois a motivação não estava somente na qualidade do ensino, mas nas possibilidades de relações sociais qualificadas, tanto para ela como para a própria família.

Assim, tanto Jaci quanto Pedro estudaram inicialmente em escola especializada. Ao avançarem em sua escolarização, necessariamente se transferiram para o ensino regular. No caso de Jaci, as possíveis defasagens de conteúdo entre os dois tipos de ensino levaram seu grupo familiar a lançar mão de estratégias como aulas de reforço e a direcioná-la ao antigo curso normal de formação de professores.

Matricular-se no curso normal foi uma estratégia de adaptação a esse nível de ensino, pois a ausência de algumas disciplinas no ensino especializado fizeram com que seus conhecimentos ficassem aquém do necessário para acompanhar outro tipo de ensino, como o antigo curso científico, que exigia maior gama de estudos (disciplinas como Física, Química, Biologia e Matemática). Predispor-se a outro tipo de ensino demandaria mais tempo de preparo, o que a atrasaria no processo escolar e lhe traria uma marca negativa desse trajeto, algo inaceitável em seu grupo familiar.

Embora Pedro mencione ter percebido diferenças entre as exigências do ensino especializado e do ensino regular, sendo este último “mais difícil”, ele não declara qualquer intervenção efetiva de seus familiares quanto a essa questão, ficando a cargo de alguns colegas a ajuda necessária para tentar superar certas dificuldades. No entanto, parece não ter consciência da desvantagem que se originou para ele na escola especial, pela defasagem de conteúdos trabalhados. Apesar de perceber isto, considera que o que viveu na escola especial foi melhor do que na regular, certamente em razão das possibilidades de interação social, mas não de aquisição do conteúdo escolar.

Além disso, enquanto o trabalho especializado com linguagem oral com Jaci se manteve durante 12 anos, para Pedro esse mesmo trabalho foi vivenciado por pouco mais de dois anos, como prática imposta pela família, o que acabava contrastando com os momentos de lazer entre surdos, em que ele podia utilizar os gestos e sinais. Portanto, pode-se deduzir que a aquisição de linguagem durante a infância e juventude ocorreu com dois tipos opostos de vivências: a exigência para que falasse em ambiente escolar e doméstico (principalmente com o grupo familiar proibindo o uso de sinais) e utilizando sem constrangimento os sinais no contato com outros surdos.

Estando no meio escolar ou na associação de surdos, a maneira incorporada da comunicação, pela fala em um espaço e pelos gestos ou sinais em outro, constituem a “relação objetiva entre o espaço da aquisição e o núcleo dos valores culturais” (BOURDIEU, 2007, p. 82).

Vale ressaltar, também, que os pais de Pedro investiram em sua formação cultural segundo as condições objetivas do grupo familiar. Assim, ele conseguiu ingressar no mercado de trabalho após completar o ensino colegial (hoje ensino médio) e dedicar maior tempo à escolarização, o que foi um investimento determinante para o direcionamento de sua trajetória, pois serviu para seu aprimoramento na língua portuguesa escrita, o que lhe favoreceu o acesso ao ensino superior.

No entanto, apesar de se diplomar como professor de Matemática, não conseguiu ser aprovado em vários concursos públicos, exatamente pela falta de domínio mais qualificado da língua portuguesa escrita e que redundou na única probabilidade de ingresso no magistério, a de professor de matemática e instrutor de libras em escola especializada.

De outro modo, como já explicitado anteriormente, Jaci frequentou o ensino especializado em uma instituição privada que priorizava o uso da língua portuguesa falada e escrita (conforme relato), sendo o treinamento reforçado em ambiente familiar. Além disso, ela era incentivada a se relacionar socialmente com pessoas ouvintes. Suas amigas compreendiam jovens de uma associação cristã que frequentava, além de primos e outros familiares.

Contrariamente a Pedro - que além de ter um irmão surdo, mantinha interação social frequente com amigos que utilizavam gestos e sinais - Jaci até conhecia pessoas surdas que utilizavam esse modo de comunicação, mas seus familiares não permitiam o contato - proibição encarada com naturalidade por ter incorporado a valorização da língua oral pelos padrões usuais da família.

Evidenciam-se, portanto, diferentes impactos entre os indivíduos no que se refere ao trabalho de linguagem por meio da fala: o que para um tomou um caráter de imposição de uma forma de comunicação e proibição de outra, para a outra não havia o que ser questionado, posto que a fala era imprescindível em seu meio social.

Há ainda uma distinção mais evidente em relação à perspectiva de apropriação da língua oral entre eles: enquanto que os depoimentos de Pedro evidenciam uma preocupação basicamente utilitária para acesso ao mercado de trabalho, a de Jaci, além desse aspecto que é fundamental para a maioria da população, o aprendizado da língua oral, não de qualquer modo, mas um modo refinado em seu uso, era imperativo para que ela pudesse efetivamente ser incorporada no meio social de sua família.

Esses achados se coadunam com os do estudo de Soares (2004, p. 50), quando afirma que muitas famílias de crianças surdas optam pela escolarização obrigatória no ensino regular (ao invés do ensino especializado) em decorrência de sua posição social, sem deixar de proporcionar a seus filhos o atendimento clínico e pedagógico extraescolar:

A política que originou o surgimento de uma rede privada de ensino permitiu que várias crianças que possuíam deficiências frequentassem o ensino comum. Pela posição social que ocupavam, certos pais recusavam o ensino especializado preferindo que seus filhos permanecessem integrados no ensino comum. Essas crianças usufruíam de todo atendimento clínico e pedagógico necessário para garantir a sua permanência escolar de forma integrada.

Isso quer dizer que os critérios e esquemas de classificação social - coadunados com escolhas e preferências tidas como legítimas - são definidos a partir da construção de formas de legitimação dos privilégios de uns em detrimento de outros. Também significa que o distanciamento das condutas comuns proporciona lucro para a distinção de determinados estratos sociais, pois ao se distanciarem do que é comum e fácil, diferenciam-se (BOURDIEU, 2007).

2ª Estação: 1960 e 1990

Jaci e Aline têm maior diferença em relação à idade, e conseqüentemente à geração, visto que o nascimento e descoberta da surdez de Jaci ocorreu 40 anos antes do nascimento de Aline. O seja, à primeira vista, suas experiências de vida parecem conter elementos diferenciadores, se considerarmos as mudanças sociais que ocorreram nesses quarenta anos.

Levando em conta os relatos de Jaci, em meados dos anos 1960 estudar em determinada escola especial privada significava - além de frequentar uma instituição de ensino reconhecida e mantida por famílias de camadas superiores da cidade - fazer parte de um grupo selecionado de alunos que recebiam aulas extras de leitura, estudar em tempo integral para que ela e os colegas tivessem maior rendimento escolar, corresponder ao intenso investimento cultural e econômico de sua família, chegando a ganhar uma medalha de melhor aluna. Essa medalha teve um forte impacto emocional em Jaci, que lembrou com emoção do cartão que seu pai lhe presenteou em reconhecimento por seu esforço.

Observa-se também o intenso processo de manutenção da herança cultural que mobilizou os familiares a buscarem diminuir a marca da deficiência auditiva - com atendimento especializado e correções diárias de linguagem, além da valorização do contato social entre pares da mesma fração de classe (porção dominante da classe média) - favorecendo inclinar-se a um destino social adequado ao padrão moral/religioso católico no qual é valorizada a constituição e manutenção do núcleo familiar. Esse padrão - aliado à profissão de nível superior - garantiu o sentido esperado de sua trajetória. Ao trabalhar durante 40 anos no mesmo emprego, Jaci foi capaz de se manter no *status* de seu grupo familiar, pois seu local de trabalho possui muito prestígio social, além de lhe permitir atender às exigências e responsabilidades que seu grupo atribuía à função de mãe.

Estudar em determinada escola especial privada estabeleceu-se como estratégia para evitar sua desclassificação social em relação ao grupo familiar, explicitada também na preocupação da mãe em fornecer complementos educacionais para que ela tivesse um futuro garantido.

É interessante, ainda, verificar que não havia qualquer preocupação mais acentuada sobre uma possível desclassificação de suas duas irmãs ouvintes pois, para a família, era "natural e previsível" que uma trajetória comum e sem percalços seria percorrida por elas, como aconteceu.

Assim, mesmo que de forma pouco consciente, a distinção entre a ação familiar sobre as três irmãs e os resultados alcançados, mostram que esse estrato social se apropria de meios bastante adequados para superar as possibilidades de desclassificação de uma filha que possui uma marca biológica considerada negativa.

O investimento na escolarização da filha Aline, no caso de seu grupo familiar, se distingue do que foi estabelecido pela família de Jaci, pois em meados dos anos 1990 as escolas especializadas para surdos passavam por um redirecionamento na perspectiva socioeducacional, do oralismo para o bilinguismo.

O ano de nascimento de Aline é muito significativo no âmbito da educação de surdos, pois se comemoravam dez anos da mudança de nome e perspectiva da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA) para se tornar a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)^[7], mostrando que se intensificava a mobilização em defesa da língua de sinais. Tanto é que, dois anos depois, em 1999 se fez público o manifesto “A educação que nós surdos queremos”, que tinha como uma de suas principais pautas o direito de toda criança surda aprender a língua de sinais^[8].

Mais do que isso: o pai de Aline mantinha contato com a efervescente conjuntura do movimento pela afirmação da língua de sinais, uma vez que trabalhava em uma escola privada para surdos quando descobriu a surdez da filha. Tanto é que a família ficou em dúvida inicialmente, mas acabou escolhendo a oralização como meio de aquisição de linguagem para a filha.

Tal direcionamento deveu-se às possibilidades da família, pois a surdez foi descoberta ainda no primeiro ano de vida (a precocidade é um fator relevante para o aproveitamento do trabalho específico de linguagem oral) e a família tinha condições objetivas para que a opção se realizasse, assim como pelos interesses associados que a posição social lhes inspirou, confirmados por Aline ao declarar que a oralização proporciona mais recursos do que a libras.

Assim, a inserção da filha em uma escola de ensino regular qualificada, associada ao trabalho contínuo de oralização, constituiu-se como estratégia capaz de proporcionar sua efetiva incorporação a seu grupo social.

Por meio da produção ou apropriação dos meios simbólicos existentes, deve-se entender que a cultura pode se tornar uma forma de capital, pois para cada forma de capital cultural há um valor atribuído, conforme os diferentes tipos de mercado (familiar, escolar, profissional, etc.).

Em decorrência, entende-se que a posse do capital cultural legítimo significa distinguir-se socialmente e elevar sua posição no espaço social, que é também poder usufruir de vantagens nas disputas por prestígio social. Sobretudo, quando a transmissão do capital cultural ocorre domesticamente é que as famílias garantem o mais determinante dos investimentos educativos (BOURDIEU, 2015a, 2015b).

Os grupos familiares de Jaci e Aline investiram intensamente na aquisição de capital cultural, principalmente em ambiente familiar, no qual o trabalho da linguagem oral era reforçado pelos pais ao incentivarem o diálogo cotidiano, acesso a diversas leituras e legendas e ao corrigirem a pronúncia e o uso das palavras.

Assim, os achados expostos aqui por meios de duas *estações*, procurou evidenciar que as trajetórias sociais e escolares de qualquer sujeito, por traz de aparentes distinções ou semelhanças, podem revelar aspectos pouco conscientes dos próprios sujeitos, não porque eles possam estar tentando falsear a realidade, mas como todo e qualquer depoimento com base nas memórias individuais são uma versão e nada mais do que uma versão sobre as experiências concretas de vida.

Considerações finais

Ao serem traçadas parte das trajetórias sociais de três indivíduos surdos, ressaltadas em *estações* que evidenciam aspectos de seus percursos escolares, a análise possibilitou identificar que, em diferentes momentos históricos, as expectativas, escolhas e exigências de determinados estratos sociais mais favorecidos correspondiam ora ao ensino especializado privado, ora ao ensino regular privado. Mas, sem se diferenciar no que se refere ao alto investimento educacional e linguístico, despendido pelo grupo familiar de origem como forma de superar a marca da deficiência, como nos casos de Jaci e Aline.

Diferentemente, dadas as condições objetivas do grupo familiar de Pedro, as possibilidades de escolha limitavam-se à inserção em escola pública - inicialmente em ensino especializado e depois em ensino regular - devido ao alto custo da escolarização em instituição privada, assim como o apoio extraescolar resumir-se à ajuda de colegas com o mesmo grau de escolaridade.

As *estações* destacadas demonstram, tendo por base os aspectos socioeducacionais, que a apropriação e uso predominante da língua de sinais não foi o único elemento que constituiu a identidade social dos indivíduos surdos, tal como afirmam estudos que atribuem a qualidade de “surda” como a principal característica da constituição da identidade, assim como a apropriação e uso predominante da língua oral também não foi o único componente responsável por uma inserção social mais qualificada.

Tendo como base os estudos de Bourdieu (2007), cabe entender que a identidade social de pessoas surdas - por meio das representações que os indivíduos possuem de si mesmos - não são produto da identificação única com a surdez, mas correspondem às práticas e relações sociais desses indivíduos. Quer dizer que reconhecer as distintas representações de pessoas surdas é levar em conta, para além da condição da surdez, pormenores culturais, sociais e econômicos que contribuem para a constituição da identidade social dessas pessoas, sem deixar de reconhecer a importante marca que essa condição lhes confere.

Procurar estabelecer identidade social unitária como escolha pessoal é uma das táticas ideológicas constituídas na

luta de classes, com o gosto tomado como natural, extraído de sua aparência e eficácia, convertendo as diferenças reais contidas nos modos de aquisição da cultura em diferenças da natureza.

Formalmente, ao se tomar sujeitos de diferentes estratos sociais como iguais frente à escola, e à cultura, atribui-se também “à desigualdade dos dons ou à aspiração desigual à cultura a representação desigual das diferentes camadas sociais nos diferentes níveis de ensino”, o que, ao fim e ao cabo, está a serviço da legitimação dos privilégios de uns sobre outros (BOURDIEU e PASSERON, 2015, p. 45).

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio M.. **Escritos de Educação**. Organizadores Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 16. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015a, pp. 89-142.

_____. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio M. **Escritos de Educação**. Organizadores Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 16. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015b, pp. 163-204.

_____.; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005**, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. Campinas: UNICAMP, **Cadernos CEDES**, 1998, pp. 41-54.

_____. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S., MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. dos. **Deficiência e escolarização**: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008, pp. 43-63.

_____. **Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade**. São Paulo: EDUC, 2011.

_____. Surdez e multiculturalismo: considerações críticas. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos Martins; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; PIRES, José. **Inclusão escolar e social**: novos contextos, novos aportes. Natal: UFRN, 2012, pp. 99-112.

CAMPELO, Ana Regina; REZENDE, Patricia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em revista**, Edição Especial n. 2, 2014, pp. 71-92.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtiem: UNESCO, 1990.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES. **Declaración de Salamanca**. Salamanca: UNESCO, 1994.

REDONDO, Maria Cristina da F. **Ex-alunos com surdez, formados pelo Instituto Educacional São Paulo-IESP, no período de 1965 a 1996**: caracterização e participação social. Relatório de Pesquisa. DERDIC. São Paulo: PUC/SP-DESDIC, 2001.

REVISTA EXAME. **Metrô em Higienópolis se transformou na maior polêmica da semana**. Publicado em 14/05/2011. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/metro-em-higienopolis-se-transformou-na-maior-polemica-da-semana/>. Acessado em: 05/04/2019.

SKLIAR, Carlos, **Educação & exclusão**: abordagens sócioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**: interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Mediação, 1999

SOARES, Maria Aparecida Leite. O aluno surdo no ensino regular e a escolaridade obrigatória. **Revista de Educação**, Campinas, n. 16, jun. 2004, p. 49-60.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, UFPEL, n. 36, mai/ago, 2010, pp. 107-131.

- [1] A utilização da versão original da declaração em espanhol se deve ao fato de que as versões oficiais brasileiras sofreram modificações significativas que, em alguns casos, desfiguraram os conceitos originais. Maiores detalhes sobre estas modificações consultar Bueno (2008)
- [2] Refere-se ao tipo de ensino que alia o aprendizado do português somente em modalidade escrita e da língua brasileira de sinais, tal como definido pelo Decreto 5626/2005. (BRASIL, 2005)
- [3] Para dar maior precisão ao sentido real de *estratégia* que reside no senso prático, e não na ação intencional, consciente e planejada, Bourdieu (1996, p.79) rompe com a visão racional de que a ação social pode ser entendida como *regra*, tal qual Levi-Strauss argumentava, na medida em que o grande perigo para ele é o de que com essa não-distinção “corre-se o risco de cair em um dos paralogismos mais funestos das ciências humanas, aquele que consiste em tomar, segundo a velha fórmula de Marx, ‘as coisas da lógica pela lógica das coisas’”.
- [4] A pesquisa na íntegra é composta por dois procedimentos de coleta de dados realizados entre os anos de 2015 e 2016: foram coletadas informações de vinte e quatro pessoas surdas por meio de um questionário online que traçou os perfis sociais desses indivíduos, entre os quais foram selecionados seis sujeitos para entrevistas de suas trajetórias sociais.
- [5] Para aquilatar o poder dessa população, basta verificar que, por meio de abaixo assinado de 2.500 moradores e manifestações públicas, seus habitantes conseguiram que o poder público estadual suspendesse a construção de uma estação programada inicialmente para se situar no miolo central do bairro, porque ele seria meio para sua deterioração. (REVISTA EXAME, 2011).
- [6] Assim como na divisão do espaço físico apresentado acima em relação à Aline, este bairro se divide em uma área habitada por membros de classe média alta e, uma outra parcela que já havia sofrido processo de deterioração. A distinção entre essas duas famílias, não por acaso, foi a de que a de Pedro, em razão de suas condições econômicas, decorrentes de sua posição social, teve que residir na área deteriorada.
- [7] A FENEIS é a organização de surdos mais atuante na defesa do reconhecimento e manutenção de uma comunidade surda usuária exclusivamente da língua de sinais. Maiores informações em <<http://www.feneis.com.br/>>.
- [8] O manifesto “A educação que nós surdos queremos” pode ser encontrado na íntegra no site: <<http://docslide.com.br/documents/a-educacao-que-nos-surdos-queremos.html>>.